

Déficit habitacional cresce no Brasil

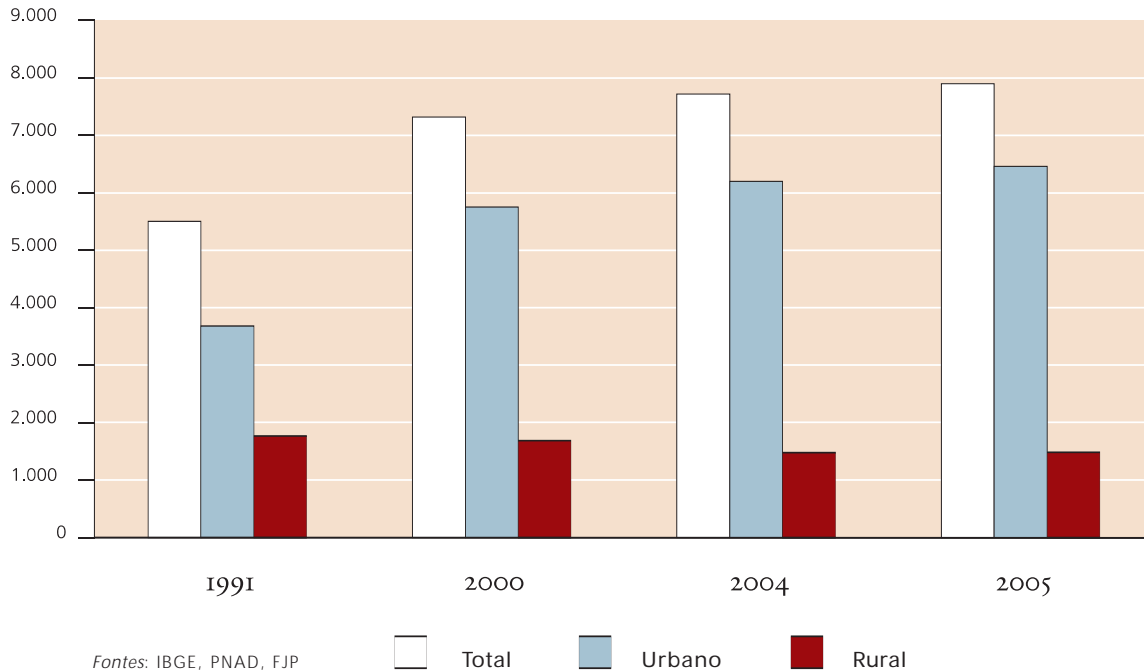
Documento do Ministério das Cidades sobre o déficit habitacional no Brasil em 2005, publicado em dezembro de 2006, mostra que o problema vem crescendo nas áreas urbanas. Estima-se o total da carência habitacional no País em cerca de 8 milhões de moradias. Em 2000, eram cerca de 7,2 milhões. Nordeste e Sudeste são responsáveis por mais de 70% dessa carência. Desde 2004, a região Sudeste passou a concentrar, em números absolutos, a maior parcela. O déficit lá é de 2,9 milhões de domicílios, representando 36,7% do total do déficit brasileiro. Em termos relativos, no entanto, as regiões Nordeste e Norte, continuam a apresentar a pior situação, com o déficit representando mais de 20% do estoque de domicílios.

Os componentes do déficit habitacional são a habitação precária, a coabitação familiar e o ônus excessivo com aluguel. As habitações precárias, que correspondem aos domicílios improvisados e aos rústicos, são estimadas em 1.556.237 unidades, das quais apenas 13,2% localizam-se nas regiões metropolitanas. A coabitação familiar, componente mais expressivo do déficit habitacional, engloba as famílias conviventes e os cômodos. Estima-se que haja 4.489.139 de domicílios em condição de coabitação familiar, concentrados basicamente nas áreas urbanas – são 85,8% do total. Já o ônus excessivo com aluguel (até três salários mínimos de renda mensal e dispêndio de mais de 30% desse total com o aluguel), corresponde a 29% do total das carências urbanas.



O déficit habitacional não é medido apenas pela carência de imóveis nas áreas urbanas, hoje estimada em oito milhões de moradias em todo o País. Também são levadas em consideração as habitações precárias, que correspondem aos domicílios improvisados e rústicos, e a coabitação familiar, ou seja, quando o mesmo imóvel é dividido em cômodos para abrigar vários membros de uma mesma família

Evolução do déficit habitacional por situação do domicílio



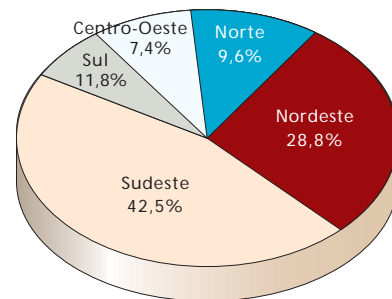
Inadequação

Diferente do déficit habitacional, que identifica a necessidade de construção de novas moradias, a inadequação dos domicílios não implica reposição das casas. Definida como ausência de atendimento adequado em um ou mais dos serviços básicos (iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo), abrange mais de 11 milhões de moradias – 25,1% do estoque de domicílios urbanos.

Os chamados “aglomerados subnormais”, segundo definição do IBGE, se aproximam do conceito de favelas. Foram identificados quase dois milhões de domicílios nessas condições, sendo 75,1% deles localizados nas áreas metropolitanas. Representando apenas 3,7% dos domicílios totais, são um fenômeno basicamente urbano e característico da região Sudeste: 60,2% dos domicílios em aglomerados subnormais encontram-se nessa região, concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Somadas, as áreas metropolitanas desses dois estados são responsáveis por 43,9% do total dos domicílios em favelas do País.

As obras de saneamento e habitação ligadas ao PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, estão previstas para começar no primeiro trimestre. São perto de R\$ 36 bilhões que o Governo Federal pretende investir em parceria com estados e municípios. Alguns especialistas, no entanto, temem que os recursos fartos criem um *boom* imobiliário para os setores de média e alta renda que exclua as camadas mais pobres. (PF)

Déficit habitacional urbano por região



Componentes do déficit habitacional por região

